

**3º CONCURSO
1970**

PROVA ESCRITA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Quesito nº 1

Transcrever, dentre os itens abaixo relacionados, os que correspondam *a ato administrativo material*, justificando a exclusão dos demais:

- 1) destruição de mercadoria deteriorada;
- 2) aprovação de tarifas de taxi;
- 3) remoção de veículo estacionado em local proibido;
- 4) revisão de aposentadoria;
- 5) licença para porte de arma;
- 6) inumação em cemitério religioso;
- 7) readaptação de servidor público;
- 8) locação de bem imóvel do Estado;
- 9) remoção de juiz para o Tribunal de Alçada;
- 10) termo de posse em cargo público.

Quesito nº 2

O Estado da Guanabara contratou com firma sediada em S. Paulo, a construção de um conjunto residencial para remoção de favelados, após concorrência pública cujo edital especificou as características técnicas do projeto.

Posteriormente, mediante Decreto do Governador, foram estipulados novos requisitos técnicos, que importam sensível elevação no custo da obra.

A firma construtora, alegando violação do contrato e prejuízo intolerável, suspendeu a execução da obra, que é de urgente interesse público. Enumere os direitos e obrigações da firma contratante e os princípios especiais aos contratos administrativos aplicáveis à hipótese.

Quesito nº 3

O proprietário de um imóvel urbano com área de 10.000 m² teve desapropriada, pela União, a parte dos fundos, confinante com um quartel do Exército, restando-lhe porção do imóvel com 420 m². Posteriormente, o Estado da Guanabara declarou de utilidade pública área do mesmo terreno, fronteira à via pública, com 380 m², para construção de edifício destinado à Companhia Estadual do Gás.

O proprietário notificou o Estado da Guanabara e a União Federal para que também desapropriassem a área remanescente. O Governador do Estado consulta se há direito subjetivo do notificante a ser atendido na esfera estadual. Qual o seu parecer?

Quesito nº 4

Lei complementar federal estabelece que os membros do Ministério Público da União, ou dos Estados, poderão acumular o cargo com o de procurador de autarquia. Procurador da República, lotado no Estado da Guanabara, que, um mês antes da vigência da lei, optara pelo cargo federal, requer reintegração em cargo de procurador de autarquia estadual, que se acha vago.

Pergunta-se:

- a) há direito à reintegração?
- b) a decisão cabe ao dirigente da autarquia, ao Governador do Estado, ao Procurador-Geral da República, ou a outra autoridade?

Quesito nº 5

Projeto de lei elaborado por associação dos servidores públicos prevê a criação, mediante lei estadual, de um Tribunal Administrativo para julgar, em caráter final, os litígios em matéria disciplinar entre o Estado da Guanabara e seus servidores, após processo com rito contraditório. Consulta o Governador do Estado sobre a legitimidade da criação do órgão proposto.

Enuncie os fundamentos de sua opinião.

Quesito nº 6

Quais as formalidades para que o Estado da Guanabara possa incorporar bem público de uso comum ao patrimônio de sociedade de economia mista, como forma de integralização de capital subscrito?

Quesito nº 7

Os bens públicos estão sujeitos à transcrição no Registro de Imóveis?

Quesito nº 8

Uma sociedade anônima requer aprovação para projeto de construção de edifício de apartamentos. O projeto atende a todos os requisitos exigíveis na legislação estadual. Contudo, antes de licenciada a obra, tem o Estado conhecimento de que a sociedade requereu concordata.

Pergunta-se:

- após decretada a concordata, ou a falência, poderá a licença ser concedida?

Quesito nº 9

Dispõe o art. 4º do Decreto-lei estadual nº 299, de 17.12.1970:

“As alturas ou áreas máximas de construção previstas na Lei nº 1.754, de 11 de dezembro de 1967, e na sua regulamentação respectiva, somente poderão ser excedidas em casos especiais e excepcionais, a juízo do Governador do Estado”.

Indaga-se:

- é suscetível de controle judicial decisão do Governador, tomada com base nesse dispositivo legal?

Quesito nº 10

Determinada firma requer ao Estado licença para explorar areia existente em margem de curso d'água localizado no território estadual. Demonstra ter a necessária autorização dos proprietários dos imóveis, marginais ao curso d'água e declara que a areia se destina a servir de matéria-prima em indústria local de transformação.

Pergunta-se:

- tem a Administração estadual competência para conceder o licenciamento?

Quesito nº 11

Pedro requer aprovação para projeto de edificação, o qual abrange lote de sua propriedade e área do patrimônio estadual, sujeita a investidura. Ao mesmo tempo, requer na repartição competente que seja efetivada a investidura.

Poderá o projeto ser aprovado e expedido o respectivo alvará para o início das obras sem que a investidura esteja realizada?

Quesito nº 12

Determinada entidade, considerada de utilidade pública pelo Estado da Guanabara, requer que este lhe ceda parte da Praça X, logradouro público regularmente reconhecido, para a edificação de um hospital, propondo-se a prestar serviços gratuitos de assistência médica à população local, uma vez ultimada a construção.

Pergunta-se:

- será possível à Administração estadual deferir o pedido?

Quesito nº 13

A firma Soares & Moura Ltda. requer administrativamente indenização por danos causados a suas instalações, na Avenida Rio Branco, durante um distúrbio popular. Invoca em seu favor o art. 107 da Constituição Federal.

A Administração consulta a Procuradoria quanto à responsabilidade do Estado por aqueles danos. Dê o seu parecer.

Quesito nº 14

O funcionário Paulo foi nomeado pelo Governador para integrar o Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado, assumindo o respectivo mandato em 1.º de fevereiro de 1969. Um ano após, vale dizer, em 1.º de fevereiro de 1970, o Chefe do Executivo estadual resolveu substituí-lo no curso do mandato, nomeando outro funcionário para integrar aquele órgão.

Opine sobre a legitimidade, ou não, do ato do Governador.

Quesito nº 15

A Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara (ESPEG) publicou edital relativo a prova de habilitação destinada a selecionar professores de curso supletivo a serem contratados, no regime da legislação trabalhista. Nas respectivas instruções estabeleceu-se, como limite de idade para os candidatos, 40 (quarenta) anos incompletos, até o dia do encerramento das inscrições.

O cidadão Antônio, por ter 41 anos, viu negada a sua inscrição, o que o levou a requerer mandado de segurança contra ato do diretor da ESPEG, invocando direito subjetivo, com fundamento em disposições constitucionais e na *Súmula* do Supremo Tribunal Federal.

Indique os possíveis fundamentos da impetração, bem como as razões que poderiam ser opostas em defesa do ato da Administração.

Quesito nº 16

Determinado funcionário do Estado da Guanabara foi posto a disposição do Ministério da Justiça. Durante o exercício no órgão federal, praticou faltas graves, em co-autoria com funcionários federais, envolvendo a subtração de material de uso no Serviço. Instaurado processo administrativo, no Ministério da Justiça, a decisão concluiu pela responsabilidade dos indiciados, aplicando pena de demissão aos

servidores federais. Em seguida, o processo administrativo foi encaminhado pelo Ministro da Justiça ao Governador, tendo em vista que o funcionário já reassumira o cargo na administração do Estado.

Indique, na hipótese, as providências cabíveis.

Quesito nº 17

Servidor estadual, contando mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço público, requereu e obteve aposentadoria. Dois meses depois, requereu sua volta à atividade.

Pergunta-se:

- a) poderia o requerente ser atendido por via de reversão?
- b) seria lícito ao Governador revogar o decreto de aposentadoria, sob fundamento da concordância do titular do direito e do interesse da Administração no retorno ao serviço?

Quesito nº 18

Clodoaldo trabalhou, como médico de um hospital particular especializado, de janeiro de 1960 a janeiro de 1965. Em seguida, deixou o emprego para assumir, no Estado da Guanabara, sem solução de continuidade, cargo público de médico, em virtude de habilitação em concurso. Em 1966, o referido hospital foi transformado em estabelecimento público, por força de legislação federal. Em 1967, Clodoaldo requereu a contagem, para todos os efeitos, do tempo em que trabalhara no aludido hospital, pedindo, desde logo, a concessão de licença especial.

Existe direito subjetivo a uma, ou a ambas as pretensões?

Quesito nº 19

O titular de um tabelionato de notas no Estado da Guanabara, com mais de 20 (vinte) anos no cargo, respondeu, em 1968, juntamente com outros serventuários, alguns deles já estáveis, a processo administrativo, no qual se apurou a responsabilidade de todos os acusados em razão de faltas graves, passíveis da pena de demissão. Submetido o processo à decisão do Governador, foi argüida a aplicação do art. 6º do Ato Institucional nº 5.

Indaga-se:

- a) cabe a demissão dos acusados com fundamento na legislação estadual?
- b) poderá o Governador valer-se, na hipótese, do aludido preceito do Ato Institucional nº 5?

Quesito nº 20

Gerson, Félix e Rivelino foram contratados, sob regime da legislação trabalhista, pela Administração dos Estádios da Guanabara (ADEG), autarquia estadual, o primeiro em 02 de janeiro de 1962, o segundo em 15 de outubro do mesmo ano, e o último em 21 de janeiro de 1965. O contrato de Rivelino previa estabilidade após dois anos de exercício. Félix requereu, em 1964, a averbação de dez meses de serviço militar obrigatório.

Pergunta-se: a) é livre a dispensa, pela Administração da ADEG, dos empregados citados?

b) o art. 177, § 2º, da Constituição Federal de 1967 beneficia os mesmos empregados?

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL

Quesito nº 1

Mencionando os vários aspectos relevantes, estabeleça a distinção entre *incompetência absoluta* e *incompetência relativa*, no processo civil.

Quesito nº 2

Atendido o chamamento à autoria, fará coisa julgada para o denunciante, que se retirou do processo, a sentença proferida em face do denunciado e da parte contrária.

Justifique a resposta.

Quesito nº 3

Eis a conclusão de sentença proferida em executivo fiscal para cobrança da importância de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros):

“Pelo exposto, julgo improcedente o pedido e insubsistente a penhora.

Condene o Estado ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, fixados em 20% do valor da causa”.

Responda, fundamentadamente:

- esgotado o prazo para interposição do agravo, sem que a Fazenda Pública recorra, ter-se-á desde logo por insubsistente a penhora?

Quesito nº 4

Afirmado o descumprimento, pela Administração, de servidão sobre imóvel público estadual em favor de outro prédio, ajuizou F., proprietário deste, *ação de*

ressarcimento de dano contra o Estado da Guanabara. Em defesa, argumentou o Estado que *não existia* a alegada servidão; mas o juiz acolheu o pedido de F., sendo a decisão confirmada em grau de recurso.

Posteriormente, propôs o Estado contra F. *ação declaratória da inexistência da servidão*. A sentença, favorável ao Estado, passou também em julgado.

Volta agora F. a juízo, com *ação rescisória* da decisão proferida no segundo processo, invocando o disposto no art. 798, nº I, letra b, do Código de Processo Civil. Como se deve argumentar, na contestação, para demonstrar que *não ocorre* o caso legal de rescindibilidade?

Quesito nº 5

Certo funcionário estadual, que é advogado, impetra, em causa própria, mandado de segurança contra ato do Governador. Prestadas as informações, comparece para sustentar oralmente o pedido, na sessão de julgamento, outro advogado, que apresenta procuração outorgada pelo impetrante.

Que preliminar argüiria o candidato, se fosse o Procurador encarregado do caso?

Quesito nº 6

Exponha a distinção entre *desistência do processo* e *desistência do direito*, apontando as características e os efeitos de cada uma dessas figuras.

Quesito nº 7

Servidor do Estado ajuizou contra este ação ordinária, para pleitear benefício que lhe teria sido assegurado por lei. Outros servidores, que se dizem titulares de situação funcional idêntica à do autor, requerem sucessivamente, em três grupos, a sua admissão como litisconsortes ativos, visando a obtenção de igual benefício:

a) o 1º grupo, depois de saneado o processo, antes da audiência de instrução e julgamento;

b) o 2º grupo, perante a instância superior, na pendência da apelação interposta contra a sentença que julgara procedente o pedido;

c) o 3º grupo, já na execução da sentença, confirmada pelo Tribunal.

Diga o candidato como impugnaria, *em cada uma das três hipóteses*, o pedido de intervenção litisconsorcial.

Quesito nº 8

Em mandado de segurança impetrado perante o Tribunal Pleno, o Estado da Guanabara argüiu de inconstitucionalidade certa lei, porque infringente de determinado artigo da Constituição Estadual. *Pela diferença apenas de um voto*, foi rejeitada a argüição e concedida a segurança, sem que houvesse recurso.

Posteriormente, contestando ação ordinária proposta com base na mesma lei, suscitou o Estado, em preliminar, a respectiva constitucionalidade, desta vez por violação de *outro* preceito constitucional. O juiz de 1ª instância acolheu a preliminar. O autor apelou, e a Câmara, por maioria de votos, deu provimento ao recurso, julgando procedente o pedido, por entender que não mais podia ser discutida a questão da inconstitucionalidade da lei, em face do anterior pronunciamento do Tribunal Pleno.

Se o candidato fosse o Procurador incumbido do caso, como recorreria dessa decisão? Que argumentos, resumidamente, apresentaria?

Quesito nº 9

Por decreto do Governador, foi declarada a necessidade pública de certo imóvel, para a execução de obra incluída no plano a cargo da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN). Instaurado por essa autarquia o processo judicial de desapropriação, ajuizou por sua vez o dono do imóvel, contra o Estado, ação ordinária para anular o decreto.

Os dois processos foram reunidos para decisão conjunta. Na sentença, que transitou em julgado, acolheu o juiz o pedido do proprietário do imóvel, anulando o decreto; e, em consequência, julgou a SURSAN carecedora da ação expropriatória.

Responda, fundamentadamente: quem há de sofrer a condenação nas custas e honorários de advogado?

- a) por que forma será exequível essa condenação?

Quesito nº 10

Examine as três hipóteses abaixo, todas relativas a processos de *ação cominatória* em que se pede, sob a cominação da multa contratual, o cumprimento de *obrigação de fazer*:

- 1ª) feita a citação quando *já vencido* o prazo fixado no contrato para o cumprimento da obrigação, o réu cumpre-a no *decêndio* subsequente à citação;
- 2ª) feita a citação *antes de vencido* o prazo contratual, de que ainda restavam mais de 10 dias, o réu também cumpre no *decêndio* a obrigação;
- 3ª) feita igualmente a citação *antes de vencido* o prazo contratual, de que ainda restavam 15 dias, o réu, sem contestar, cumpre a obrigação no 14º dia do aludido prazo.

Diga, em relação a cada uma das três hipóteses, como se deve proceder e decidir, inclusive no tocante a custas e honorários de advogado, justificando as respostas.

PROVA ESCRITA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Quesito nº 1

O artigo 171 da Constituição do Estado do Espírito Santo, de 1967, dispunha: "... nas cidades litorâneas, exceto a capital, não serão permitidas edificações a menos de cem metros de distância do cais ou do limite a que atingirem as mais altas marés, limitando-se o gabarito, nessa faixa, ao máximo de três pavimentos".

O Procurador-Geral da República argüiu perante o Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do dispositivo, sob dupla fundamentação:

- a) violação da autonomia municipal;
- b) discriminação em favor do Município da Capital.

Prestando informações, a Assembléia Legislativa contestou terem ocorrido os vícios apontados na argüição, por isso que a norma fora elaborada com apoio na Constituição Federal, que atribui aos Estados competência supletiva para legislar, mediante normas gerais, em matéria de defesa e proteção da saúde.

Pede-se ao candidato que opine sobre a argüição, analisando a argumentação de cada uma das partes e expondo qual, a seu ver, o conceito constitucional de *autonomia municipal*.

Quesito nº 2

À luz da Constituição da Guanabara, qual a extensão e quais os limites do poder regulamentar do Governador do Estado?

Quesito nº 3

A Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara aprova projeto de lei, de sua iniciativa, organizando e equipando um serviço de patrulhamento da Baía de Guanabara, como quadro especial da Polícia Militar. O Governador sanciona o projeto, convertendo-o em lei.

O cidadão X ingressa com ação popular, alegando que o ato sancionatório é nulo e lesivo ao patrimônio estadual. A nulidade adviria da irregularidade da iniciativa da lei, que seria, ao ver do autor popular, exclusiva do Governador.

O cidadão Y prefere provocar o Procurador-Geral da República, para que esse represente ao Supremo Tribunal Federal, em ação direta de declaração de inconstitucionalidade, sob fundamento de incompetência estadual para criar uma polícia marítima. O Procurador-Geral da República não oferece representação, e determina o arquivamento da petição, considerando não haver invasão da competência da União.

Pergunta-se:

- 1) quanto à ação popular de X, quais os argumentos oponíveis pelo Estado, na contestação?
- 2) quanto à representação:
 - a) cabe mandado de segurança, impetrado por Y, contra o ato do Procurador-Geral da República?
 - b) no mérito, teria havido invasão da competência da União?

Quesito nº 4

Pode um Deputado Estadual da Guanabara aceitar cargo de direção em sociedade de economia mista criada pelo Estado, como representante da Oposição?

Quesito nº 5

A Assembléia Legislativa aprovou e o Governador da Guanabara sancionou projeto de lei no qual se autorizava o Poder Executivo a ceder por certo prazo, mediante remuneração, o uso de certo imóvel público estadual a determinada entidade privada, que exerce atividade de relevante valor social.

A entidade requer a efetivação da cessão, mas o Governador reputa agora inconveniente a medida e consulta a Procuradoria-Geral do Estado, indagando:

- a) se pode simplesmente deixar de realizar a cessão, ou se deve requerer ao Procurador-Geral da República que represente ao Supremo Tribunal Federal, a fim de ser declarada a inconstitucionalidade da lei;
- b) num caso e noutro, quais os fundamentos de *ordem jurídica* que poderia invocar, para sustentar a atual posição da Administração.

Diga o candidato como responderia à consulta.

Quesito nº 6

Dispõe o art. 73 do Decreto-lei Complementar estadual nº 3, de 24 de outubro de 1969:

“As sociedades de economia mista, na primeira Assembléia Geral Ordinária subsequente à publicação deste decreto-lei, providenciarão a inclusão, nos respectivos estatutos sociais, de norma que só admita a prática de atos alienativos do patrimônio imobiliário da sociedade mediante licitação”.

Deputado estadual apresenta projeto de lei que revoga o dispositivo supratranscrito, alegando, na justificação, ser ele inconstitucional, porque as sociedades de economia mista se regem pelo *direito comercial*, matéria reservada com exclusividade à competência normativa da União (Constituição da República, art. 8º, XVII, b). A Assembléia, *por maioria simples*, aprova o projeto.

Queira indicar as razões de ordem jurídica que levarão o Governador, no entender do candidato, a vetar ou sancionar o referido projeto de lei.

Quesito nº 7

A Assembléia Legislativa aprova emenda à Constituição do Estado, para acrescentar-lhe dispositivo assim redigido:

“Art. - Os Secretários de Estado atenderão, no prazo de 30 dias, aos pedidos de informações que lhes forem dirigidos, por escrito, pela Assembléia Legislativa.

Parágrafo único - Importa crime de responsabilidade o não cumprimento, sem justificação, do que prescreve este artigo”.

O Governador dirige consulta à Procuradoria-Geral do Estado, indagando se é constitucional o novo dispositivo e, no caso negativo, por que meio será possível impugná-lo.

Diga o candidato como responderia à consulta, examinando o problema quer no tocante ao *caput*, quer ao parágrafo único.

Quesito nº 8

A Administração Estadual contrata o cientista X, de renome e projeção internacionais, para a realização temporária de certas pesquisas em laboratório do Estado, no campo da biologia.

Por descuido verificado na condução das experiências, o cientista X causa a poluição, com substâncias letais, de um curso d'água, provocando, na casa a jusante do laboratório, a morte de um cidadão.

Viúva e filhos, provando o fato e a relação de causalidade, movem ação ordinária contra o Estado, pedindo indenização. Que argumentos utilizaria o candidato, como Procurador, na contestação?

Quesito nº 9

A Assembléia Legislativa do Estado aprova e o Governador sanciona projeto de *lei complementar*, regulando o processo de fiscalização das sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações criadas pelo Poder Público (Constituição da Guanabara, art. 39, parágrafo único).

Algum tempo passado, a Assembléia aprova, *por maioria simples*, projeto de lei dispondo mais detalhadamente sobre a fiscalização das empresas públicas. Levado à sanção, o Governador dá conta da existência de conflito entre alguns preceitos da lei particular e alguns da genérica, devendo-se porém observar que o projeto não contraria, materialmente, qualquer regra constitucional. Consulta, então, a Procuradoria-Geral, para que o aconselhe, do ponto de vista jurídico, a vetar ou sancionar o projeto, indicando os fundamentos de uma ou outra atitude.

Como o candidato redigiria a resposta à consulta?

Quesito nº 10

O art. 182 da Constituição Federal, com o texto resultante da Emenda nº 1, de 17 de outubro de 1969, reza expressamente:

“Art. 182 - Continuam em vigor o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados.

Parágrafo único -

Por seu turno, o art. 9º do Ato Institucional nº 5 prescreve:

“Art. 9.º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas *d* e *e* do parágrafo 2º do artigo 152 da Constituição”.

O número do dispositivo a que se reporta o Ato Institucional não abriga a mesma matéria, na redação original da Constituição Federal de 1967 e na constante da Emenda nº 1. Qual seria a boa hermenêutica, respeitados os princípios teóricos inerentes ao conceito de constituição formal, para evitar a equivocada aplicação dos dispositivos da Constituição Federal vigente, que não guardam correlação com a remissão do Ato Institucional citado?

PROVA ESCRITA DE DIREITO PRIVADO

Quesito nº 1

Impõe-se, para realização de projeto aprovado, a desapropriação do imóvel X, transcrito no Registro Geral de Imóveis em nome de Caio e sua mulher, casal que, já tendo um filho, adotara em 1966 uma criança.

Ao colher dados para propor a ação desapropriatória, a Procuradoria-Geral verificou que:

- 1 - Caio, sua mulher e o filho único de sangue morreram, sem testamento, em desastre aéreo ocorrido em agosto de 1970;
- 2 - o filho adotivo, que por motivo da viagem fora confiado a seus pais, falecera cinco dias depois do desastre;
- 3 - são vivos os pais e o sogro de Caio;
- 4 - não foi, ainda, instaurado inventário que tenha por objeto o imóvel X.

Há urgência na solução do assunto. Pede-se ao Procurador do Estado um parecer em que fique esclarecido:

- a) considerando a linha sucessória, e tendo em vista o disposto nos artigos 1.605, § 2º, e 377 do Código Civil, este com a redação que lhe deu o art. 1º da Lei nº 3.133, de 08.05.1957, quem é o atual titular do domínio do imóvel X;
- b) à luz do disposto no art. 16 do Decreto-lei nº 3.365, de 21.06.1941, se haverá necessidade de medidas judiciais de natureza sucessória, por parte do Estado, para que este possa imitir-se, no menor espaço de tempo possível, na posse do imóvel.

Quesito nº 2

As servidões não aparentes e as servidões aparentes descontínuas ensejam a proteção possessória e podem ser adquiridas por usucapião?

Quesito nº 3

Empresa industrial deseja montar indústria siderúrgica no Estado da Guanabara, que tem grande interesse em que ela aqui se localize, para desenvolver a região industrial.

A empresa necessita, para sua instalação, de um empréstimo no valor de Cr\$ 10.000.000,00. Oferece, como garantias, fiador idôneo, imóvel sobre o qual tem promessa de venda, equipamentos industriais e, eventualmente, ações ordinárias e preferenciais e debêntures conversíveis.

A COPEG pretende conceder o financiamento, desde que obtenha garantias de que a empresa:

- a) se instalará num prazo máximo de 2 anos;
- b) funcionará no Estado pelo menos durante 20 anos;
- c) terá uma produção mínima inicial de X e se expandirá em proporções e prazos prefixados.

Grupo financeiro estrangeiro, tendo estudado a viabilidade econômica do projeto, está disposto a oferecer as garantias *a*, *b* e *c*, acima referidas.

A COPEG consulta a Procuradoria-Geral sobre a melhor forma de realizar as diversas operações necessárias à concretização do negócio. Dar parecer, esclarecendo:

- I - quais os contratos que aconselharia fossem firmado;
- II - as razões da escolha, em cada caso;
- III - em face da natureza do contrato escolhido, as alternativas que se abrirão ao credor, na hipótese de inadimplemento.

Quesito nº 4

A Companhia Estadual de Gás quer incluir nos seus contratos uma cláusula de

acordo com a qual, no caso de mora, o usuário terá que pagar, além do débito:

- a) juros de 1% (um por cento) ao mês;
- b) correção monetária de acordo com o valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro, que acompanham as variações cambiais do dólar;
- c) multa contratual fixada em 10% (dez por cento) da totalidade do débito vencido;
- d) honorários de advogado no valor de 20% (vinte por cento) sobre o débito, acrescido das parcelas mencionadas nas letras *a*, *b* e *c*;
- e) custas judiciais.

A Companhia consulta a Procuradoria-Geral, a respeito da validade da cláusula desejando também saber se poderia, eventualmente, recorrer à correção monetária prefixada utilizada pelos Bancos de Investimento e pelas financeiras, em vez de admitir a correção monetária na forma do item *b*, acima transcrito.

Dar parecer, examinando a legislação sobre a matéria e a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal.

Quesito nº 5

Em janeiro de 1948, com o consentimento expresso de seu único irmão conhecido, X comprou de seu pai Z, viúvo, um conjunto de salas em São Paulo e o vendeu à então Prefeitura do Distrito Federal.

Em 1967, Y promove a citação do Estado da Guanabara para responder, juntamente com X e com Z, a ação em que argüi a ineficácia de ambos os atos. Instrui a inicial com sentença, transitada em julgado, que reconheceu a procedência de ação proposta com fundamento no art. 1º da Lei nº 883, de 21.10.1949.

Elabore parecer orientando a contestação. Formule e sustente as diversas alternativas que o caso apresenta, analisando todas as possíveis defesas.

PROVA ESCRITA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Quesito nº 1

Dissertação:

Interpretação econômica das leis tributárias.

Quesito nº 2

O Estado propôs executivo fiscal para cobrança de dívida relativa a multa por infração do art. 115 da Lei estadual nº 809, de 28 de novembro de 1957, que

condiciona a validade do alvará de licença para localização a correspondência dos respectivos característicos às condições efetivas do estabelecimento. Sobrevindo, porém, o Decreto-lei estadual nº 72, de 25 de julho de 1969, que determinou a *remissão de débitos* e a *anistia de infrações* relativos a determinados tributos e alterou a parte geral da legislação tributária do Estado, o executado requereu nos autos o cancelamento da dívida.

Chamada a Procuradoria Fiscal a opinar, em processo administrativo, a respeito da questão, como emitiria o candidato o parecer solicitado?

Quesito nº 3

O autor, em ação executiva, pede o pagamento de Cr\$ 40.000,00 e paga, no momento da distribuição do feito, metade da taxa judiciária devida, como lhe facultava a Lei nº 242, de 1962 (com as modificações introduzidas pelas Leis números 672, de 1964, e 1.165, de 1966). O cálculo da taxa foi feito pelo modo estabelecido na legislação então vigente, que fixava uma alíquota variável, de 1% até o limite de Cr\$ 4.000,00, e de 0,5% deste valor em diante.

Antes que fosse feito o pagamento da segunda metade da taxa, adveio o Decreto-lei nº 110, de 11 de agosto de 1969, que fixou a alíquota única de 1%, aplicável ao valor do pedido.

A Fazenda ingressou nos autos da ação e pediu fosse a taxa novamente calculada, de acordo com a nova legislação. A esse pedido objetou o autor alegando, em suma, o seguinte: ser manifestamente ilegal a pretensão de cobrar a taxa judiciária em novas bases, de acordo com dispositivo de lei nova, pois, assim, estar-se-ia dando a essa lei efeito retroativo, porquanto, no momento da distribuição do feito, vigia a Lei nº 242, de 1962, que dispunha sobre a matéria de maneira diversa.

Opine o candidato sobre a controvérsia.

Quesito nº 4

Determinada firma comercial importou mercadoria destinada a vir integrar o seu ativo fixo. Ao ser a mercadoria desembaraçada na alfândega e ao dar entrada no estabelecimento do importador, não foi pago o imposto de circulação de mercadorias devido.

Autuada pelo não recolhimento do tributo, defende-se a firma alegando que, no caso, não existe circulação de mercadoria e, ainda, que se deu a importação de *coisa*, e não de *mercadoria* destinada ao comércio, mas ao consumo próprio do importador, não sendo, pois, cabível a incidência do ICM.

Opine o candidato sobre a correção da autuação.

Quesito nº 5

A empresa Serviços Marítimos Gaivota S.A. foi autuada pela fiscalização estadual, que lhe exige o pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza com relação a sua atividade de serviços de rebocadores de navios, exercida na Baía de Guanabara.

A interessada impetra mandado de segurança, alegando que sua atividade é exercida também fora da baía, em águas federais, e que, além disso, tal atividade não está enumerada na lista anexa ao Decreto-lei nº 834, de 08 de setembro de 1969, que diz ser exaustiva.

Dê as razões da defesa do Estado, justificando-as.

Quesito nº 6

O Estado ajuizou executivo fiscal contra a firma Sabiá Móveis e Decorações Ltda, para cobrança do débito de imposto sobre circulação de mercadorias, de 1967.

O oficial de justiça certifica que no endereço dado não se encontra o aludido devedor, mas sim a firma Condor Móveis e Decorações Ltda, cujos sócios não são os mesmos da executada e dizem não ser a empresa ora estabelecida no local sucessora da primeira, exibindo alvará de licença para localização e contrato de locação recentes, de 1969. O contrato foi celebrado diretamente com o proprietário do imóvel.

Esclareça qual deve ser o requerimento do Estado em tal feito, à vista da certificação descrita, e sua fundamentação.